

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo I – JUSTIÇA	29
1.1 A JUSTIÇA E A LEGITIMAÇÃO DO DIREITO.....	29
1.2 JUSTIÇA E SUAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE	37
1.3 DIMENSÕES DA JUSTIÇA	49
1.3.1 Dimensão de postulado	49
1.3.1.1 Postulado da coerência na criação do Direito ou justiça do sistema.....	50
1.3.1.2 Postulado da coerência na aplicação do Direito	55
1.3.1.3 Postulado da razoabilidade	58
1.3.2 Dimensão fática	62
1.3.3 Dimensão valorativa	65
1.3.4 Dimensão principiológica	74
1.4 CONCEITO DE JUSTIÇA	90
1.5 CONCEPÇÕES DE JUSTIÇA	98
1.5.1 Justiça formal	123
1.5.2 Justiça concreta	132
1.5.3 Justiça material ou substantiva.....	143
1.6 TIPOS DE JUSTIÇA	146
1.6.1 Justiça natural.....	156
1.6.2 Justiça geral	160
1.6.3 Justiça particular	164
1.6.3.1 Justiça distributiva	168
1.6.3.2 Justiça comutativa (corretiva e retificadora).....	172
Capítulo II – DEFINIÇÃO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	177
2.1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	177

2.2	O CONTEXTO DA JUSTIÇA NA TRIBUTAÇÃO.....	179
2.2.1	Justiça e tributação no Estado Patrimonial	179
2.2.2	Justiça e tributação no Estado Liberal	199
2.2.3	Justiça e tributação no Estado Social e Democrático de Direito	208
2.3	TEORIAS DE JUSTIFICAÇÃO DA TRIBUTAÇÃO.....	212
2.3.1	Teorias do benefício.....	214
2.3.1.1	Teoria clássica do benefício	216
2.3.1.2	Refutação da teoria clássica do benefício.....	224
2.3.1.3	A teoria do benefício renovada	226
2.3.2	Teorias do sacrifício	230
2.3.3	Teoria do interesse	235
2.3.4	Teoria da capacidade contributiva	237
2.4	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E JUSTIÇA FISCAL: DISTINÇÕES	249
2.5	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	251
2.5.1	Justiça nas espécies tributárias	283
2.5.1.1	Critério de justiça tributária que rege a distribuição do ônus nos impostos	285
2.5.1.2	Critério de justiça que rege os tributos vinculados	291
2.5.2	Critério de justiça que rege a repetição do indébito	297
2.5.3	Critério de justiça regente das relações entre Fisco e contribuinte	302
2.5.4	Teleologia da justiça e da justiça tributária.....	307
2.5.5	Justiça na instituição e majoração de tributos	323
2.5.5.1	Na instituição de tributos com fins fiscais.....	331
2.5.5.2	Na instituição de tributos com função extrafiscal	332
2.5.6	Justiça na aplicação do Direito	337
2.6	SUJEITOS DA JUSTIÇA	341
2.6.1	Justiça tributária sob o ponto de vista dos indivíduos (contribuintes).....	349
2.6.2	Justiça tributária sob o ponto de vista do todo: coletividade	352
2.6.3	Justiça tributária sob o ponto de vista da coletividade dos empreendedores (partes).....	355
2.7	ÁRBITROS DA JUSTIÇA	357
2.7.1	A justiça do Poder Legislativo	357
2.7.2	A justiça do Poder Judiciário	363
2.7.3	A justiça do Poder Executivo	374
2.7.3.1	Administração Pública, justiça e lei.....	374
2.7.3.2	Justiça tributária e juridicidade	378
2.8	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA SOB UMA PERSPECTIVA INTERTEMPORAL	389
2.8.1	Justiça e tempo	389
2.8.2	Justiça tributária no tempo	391

2.8.3	Realização da justiça em tempo socialmente útil	395
2.8.4	Justiça prospectiva	397
2.8.5	Injustiça <i>ex nunc</i> e <i>ex tunc</i>	401
2.9	JUSTIÇA TRIBUTÁRIA SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL	403
2.9.1	Equidade entre Regiões	403
2.9.2	Equidade entre nações e justiça tributária internacional	408

Capítulo III – FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA..... 411

3.1	INTRODUÇÃO	411
3.2	FUNDAMENTOS NORMATIVOS DIRETOS	412
3.2.1	Preâmbulo, princípios fundamentais, direito e garantias fundamentais ...	412
3.3	FUNDAMENTOS NORMATIVOS INDIRETOS	418
3.3.1	Os fundamentos da justiça tributária deduzidos das normas constitucionais superiores.....	418
3.3.1.1	Princípio do Estado de Direito	419
3.3.1.2	Princípio do Estado Social de Direito.....	435
3.3.1.3	Princípio da separação dos Poderes: limitação dos poderes pela sua separação.....	441
3.3.1.4	Princípio democrático: projeto coletivo de autogoverno dos livres e iguais.....	446
3.3.1.5	Princípio da dignidade da pessoa humana	454
3.3.1.6	A liberdade e seus princípios	458
3.3.1.6.1	Das dimensões aos princípios da liberdade.....	458
3.3.1.6.2	Princípio da liberdade para o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão	461
3.3.1.7	Princípio da proteção da propriedade	465
3.3.1.8	Princípio da igualdade.....	469
3.3.1.8.1	Igualdade e generalidade	469
3.3.1.8.2	Estrutura da igualdade	476
3.3.1.8.3	A igualdade na Constituição.....	478
3.3.1.8.4	Desigualdades e justificação	485
3.3.1.9	Princípio do respeito e proteção dos Direitos Fundamentais	486
3.3.2	Os fundamentos do princípio da justiça tributária induzidos de dispositivos constitucionais	488
3.3.2.1	Legalidade.....	490
3.3.2.2	Regras de competência	502
3.3.2.3	Irretroatividade	504

Capítulo IV – CONTEÚDO DA JUSTIÇA TRIBUTÁRIA	513
4.1 CAPACIDADE CONTRIBUTIVA.....	517
4.1.1 Breve introdução	517
4.1.2 Reconhecimento do princípio nas Constituições modernas	522
4.2 CONCEPÇÕES DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	534
4.2.1 Capacidade contributiva objetiva ou absoluta	535
4.2.2 Capacidade contributiva subjetiva ou relativa.....	539
4.2.3 Capacidade contributiva numa imposição e capacidade contributiva glo- bal.....	543
4.2.3 Capacidade contributiva da família	544
4.3 FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA.....	550
4.3.1 Função de pressuposto ou fundamento para tributação	550
4.3.2 Função de critério de graduação dos tributos	552
4.3.3 Função de limite	554
4.4 LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR E CAPACIDADE CONTRI- BUTIVA	557
4.4.1 Proibição do excesso	558
4.4.1.1 Controle do excesso pelo teste de proporcionalidade e seus princípios aspectos	562
4.4.1.2 Não confisco	567
4.4.1.2.1 Eficácia	573
4.4.1.3 Sanções políticas	574
4.4.2 Mínimo existencial.....	580
4.4.2.1 Garantia de existência física	583
4.4.2.2 Garantia de existência humana digna	588
4.4.2.3 Proteção do mínimo existencial não se confunde com a faixa de isenção do IRPF	591
4.4.2.4 Tributação indireta, mínimo existencial e os meios disponíveis para a sua proteção.....	591
4.4.2.4.1 Proteção pela concessão de isenções.....	596
4.4.2.4.2 Proteção por isenções concedidas no âmbito de pro- gramas sociais: Estado Unidos.....	598
4.4.2.4.3 Proteção pela imposição diferenciada a depender do contribuinte: (Japão).....	600
4.4.2.4.4 Proteção pela concessão de créditos de natureza compensatória: Canadá.....	602
4.4.2.4.5 Proteção no IBS e CBS: alíquotas reduzidas, zera- das e devolução de imposto.....	604
4.4.3 Proibição de desigualdades	606

4.4.3.1	Proibição de discriminação arbitrária	609
4.4.3.1.1	Leis concessivas de benefícios não isonômicos que excluem (ou não incluem) contribuintes em situação equivalente.....	615
4.4.3.1.2	Norma inconstitucional por omissão parcial	616
4.4.3.2	Proibição de privilégios odiosos	619
4.4.3.2.1	Previsão constitucional.....	620
4.4.3.2.2	Fringe benefits	624
4.4.3.2.3	Pejotização.....	627
4.4.4	Imunidades.....	630
4.4.5	Proibição de proteção insuficiente	633
4.5	CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E POSSIBILIDADES FÁTICAS	636
4.5.1	Da cláusula “sempre que possível”.....	640
4.5.2	Capacidade contributiva nas taxas e nas contribuições de melhoria.....	644
4.5.3	Eficácia.....	649
4.6	SUBPRINCÍPIOS DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA	651
4.6.1	Princípio da generalidade	651
4.6.2	Princípio da pessoalidade.....	659
4.6.3	Princípio da universalidade	662
4.6.4	Princípio da neutralidade	664
4.7	SUBPRINCÍPIOS DE NATUREZA TÉCNICA	671
4.7.1	Seletividade	671
4.7.2	Não cumulatividade	677
4.7.3	Proporcionalidade	681
4.7.4	Progressividade	688
4.7.4.1	Fundamento teórico	692
4.7.4.2	Limite inerente a estrutura e a natureza do tributo	710
4.7.4.3	Limite da tributação e a curva de Laffer.....	711
4.7.5	País do destino	714
4.7.5.1	A imunidade do ICMS nas exportações	715
4.7.5.2	A imunidade do IPI nas exportações e suas condições.....	722
4.7.5.3	A imunidade da IBS e da CBS nas exportações	725
4.8	EQUIDADE	726
4.8.1	Diferentes espécies de equidade	732
4.8.1.1	A equidade como forma de integração do direito	734
4.8.1.2	A equidade como forma de correção da injustiça legal	737
4.8.1.3	Interpretação benigna da lei tributária	743
4.8.1.4	Equidade dulcificadora	744
4.8.1.5	Cláusulas de equidade.....	746

4.9 JUSTIÇA TRIBUTÁRIA E POSSÍVEIS CONFLITOS COM OUTROS PRINCÍPIOS JURÍDICOS	748
4.9.1 Capacidade contributiva e simplificação	748
4.9.1.1 Justiça tributária, presunções e ficções	755
4.9.1.1.1 Justiça tributária e as presunções legais	755
4.9.1.1.2 Justiça tributária e as ficções legais.....	760
4.9.1.2 Justiça tributária, capacidade contributiva e extrafiscalidade	763
CONCLUSÃO	769
REFERÊNCIAS	783